

Banqueiros divergem sobre perdão da dívida

GLOBO 31 DEZ 1988

31 DEZ 1983

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — Alguns banqueiros americanos e europeus estão dispostos a apagar de seus livros até 40% da dívida dos países da América Latina. Outros, contrários ao perdão, preferem redução no pagamento dos serviços em troca de participação maior de suas empresas nos países devedores.

Essas duas reações vêm sendo manifestadas aqui nos últimos dias, desde que se soube que o Presidente eleito, George Bush, determinou revisão da política oficial americana em relação ao problema da dívida externa da América Latina. De um lado há banqueiros como Robert Smith, Presidente do American Express Ltd., que não vêem problemas em perdoar alguns devedores. Do outro há um número maior que, como diz Pedro Pablo Kuczynski, Presidente da First Boston Corp, rejeita o perdão, mas já se mostra disposto a encontrar uma saída o mais rápido possível para o caso dos empréstimos já feitos até aqui.

A partir de então, eles passariam a responsabilidade do financiamento dos países em desenvolvimento para os governos das nações ricas e às agências financeiras multilaterais.

— A era dos empréstimos voluntários de dinheiro novo já acabou. Está

claro que os bancos comerciais deveriam cair fora dos empréstimos de longo prazo ao exterior. Em vez disso, está todo mundo interessado em fornecer empréstimos de curto prazo, para financiar o comércio — disse Robert Smith, do American Express Bank.

Segundo ele, o que os banqueiros privados na verdade estão tratando de conseguir é uma solução que exija o menos possível de sua parte. Mas, em sua opinião, a maioria dos bancos tem condições de perdoar uma parte da dívida:

— Nós, basicamente, estamos procurando pagar um pequeno prêmio adicional para resolver a crise da dívida externa. Mas ela não liquidará com as instituições financeiras. Pela primeira vez, os níveis de reservas feitas pelos bancos privados para enfrentar uma eventual falta de pagamento ou moratória atingiram um ponto que torna possível contemplar o perdão de vários empréstimos como parte da solução para o problema da dívida externa dos países do Terceiro Mundo. Os bancos, no mundo inteiro, têm em média reservas equivalentes a até 40% do que emprestaram — disse Smith.

Segundo ele, os aspectos políticos, e não os financeiros dessa crise, é que devem ser levados em consideração agora. “Separar reservas para enfrentar o problema não é uma saída eficiente, pois os países continua-

riam tendo que pagar juros e principal. E o que eles de fato necessitam é de um alívio”, comentou o banqueiro.

O Presidente da First Boston Corp concorda que o lado político do problema é que ganhará mais peso daqui por diante: “A reunião que George Bush pretende fazer com os presidentes latino-americanos, quando surgirá um pedido de redução do serviço da dívida, será um passo à mais para a solução do problema. Mas o que de fato levará a um alívio da dívida, que é diferente do perdão, é a pressão das eleições presidenciais a serem realizadas na Argentina e no Brasil”, disse ele.

Segundo Kuczynski, a maior parte dos grandes credores privados é contrária ao perdão por um simples motivo: isso faria com que os devedores do mundo inteiro exigissem o mesmo remédio ao mesmo tempo. Os banqueiros, no entanto, estariam dispostos a ajudar a buscar uma fórmula que lhes desse alguma compensação. Segundo ele, já existe uma ideia circulando na praça:

— Precisamos de uma fórmula como a que funcionou no caso da recuperação da indústria de automóveis Chrysler. Ou seja, os bancos se dispuseram a reduzir o serviço da dívida por um certo tempo, em troca de uma opção para as ações da empresa no caso dela se recuperar.